



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação Administrativa
Diretoria de Gestão de Pessoas

Circular n.º 14/2020 - SEAPE/SUAG/COAD/DIGEP

Brasília-DF, 07 de outubro de 2020

PARA: CHEFIA DE GABINETE, COSIP, ASSESSORIA, SUAG, COORE, COAD, DIRCC, DIREO, DIREF, DISOP, DIGEP, CIME, CDP, CDP II, CIR, CPP, DPOE, DIP, EPEN, PDF I, PDF II, PFDF, GEMAP, GEDOC, GERFIN, GERFUN, GCI, GSIND, GEFIC, GAA, GCA, GEOR, GCO, GSAU E GTI.

Assunto: Pagamento do Adicional de Periculosidade

Referência: Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho n° 228/2020 (46688402) e 3004/2020 (46688416)

Senhores (as) Gestores (as),

Cumprimentando-os cordialmente, dirijo-me as Vossas Senhorias para encaminhar os procedimentos a serem observados pelos servidores da Carreira de Execução Penal que recebem o adicional de periculosidade.

Inicialmente, é importante frisar que, nos termos da legislação de regência, o enquadramento técnico legal do adicional de periculosidade é definido obrigatoriamente por Médico do Trabalho ou Gestor de Saúde da Unidade de Saúde Ocupacional, **sendo competência das Unidades de Saúde Ocupacional** a realização de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT para **a constatação de condições perigosas relacionadas às atividades dos servidores.**

Sendo assim, **sempre que houver mudança de lotação é necessário que o servidor preencha, no processo que concedeu o adicional de periculosidade, um novo formulário de Descrição de Atividades Desenvolvidas**, para que seja avaliado se será necessário um laudo individual ou se o servidor se enquadra nas condições estabelecidas em laudo coletivo.

Cabe informar que os laudos coletivos se aplicam apenas aos servidores que estão expostos aos mesmos tipos de riscos ambientais no local de trabalho, razão pela qual os servidores que estiverem em cumprimento de restrição emitida por junta médica oficial devem ter processos individualizados, os quais serão submetidos à análise da GST/SUBSAÚDE para a concessão do adicional de forma individualizada, conforme orienta a Subsaúde no LTCAT n° 228/2020, vejamos:

"Nos casos em que envolvem servidores em cumprimento de restrição emitido por junta médica oficial, deve ser aberto processo SEI individualizado e após, encaminhado a GST/SUBSAÚDE para análise."

Dessa forma, para que o servidor tenha direito ao pagamento do adicional de periculosidade não basta apenas o risco de perigo, é necessário um **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho da lotação atual e as comprovações de realização de atividades perigosas** (escolta em trânsito ou segurança pessoal dentro das unidades prisionais, ou qualquer atividade de supervisão dos internos).

Desse modo, informo que **o servidor que mudar de lotação e não encaminhar em 30 (trinta) dias após a sua remoção um novo formulário de Descrição de Atividades Desenvolvidas à Diretoria de Gestão de Pessoas, terá o pagamento do adicional suspenso**, conforme preceitua o art. 54 do Decreto n° 34.023/2012 e o art. 11 do Decreto 32.547/2010:

Art. 54. O pagamento dos adicionais será suspenso quando cessar o risco ou o servidor for afastado do local ou atividade que deu origem à concessão. ([Artigo alterado pelo\(a\) Decreto 38525 de 29/09/2017](#)).

Art. 11 Caberá às unidades de gestão de pessoas de cada órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal acompanhar de forma permanente a concessão e manutenção dos adicionais de que trata este Decreto.

Parágrafo único. A mudança de atividades elou mudança de lotação do servidor implicará o imediato cancelamento, pela unidade de gestão de pessoas, da concessão do adicional ou gratificação de que trata este Decreto.

Além disso, informo que os servidores **que não estão lotados nas unidades prisionais**, devem mensalmente promover a instrução do próprio processo de concessão do adicional de periculosidade com os comprovantes de realização de atividades perigosas (escolta em trânsito ou segurança pessoal dentro das unidades prisionais, ou qualquer atividade de supervisão dos internos) e **encaminhar** os autos à **Gerência de Registros Financeiros (GERFIN)** para fins de manutenção do pagamento.

Ademais, destaco que a ausência de comprovação implicará na suspensão do pagamento, e os valores recebidos sem a devida comprovação deverão ser ressarcidos ao erário.

Por fim, torna-se salutar que haja ampla divulgação no âmbito desta Secretaria.

Atenciosamente,

VALESSA DE SOUSA OLIVEIRA

Diretora de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **VALESSA DE SOUSA OLIVEIRA - Matr.0180245-3, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 07/10/2020, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=48586739 código CRC= **76AE494A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

S.I.A. Trecho 03, Lotes 1370/1380. - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71200-032 - DF